

CL
G.F
WT

Reunião Ordinária – Ata nº 03/2016

Data – 2016-02-02

Início – 09.30 horas

Local – Cidade de Abrantes, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho

Termo – 11.00 horas

Presenças:

Presidente Maria do Céu de Oliveira Antunes Albuquerque

Vereadores João Carlos Caseiro Gomes
Celeste Maria Ferreira Riachos Simão
Manuel Jorge Séneca da Luz Valamatos Reis
Luis Filipe Correia Dias
Elza Rufina Afonso de Jesus Vitório
Avelino Manuel Conceição Manana

A Técnica Superior – Catarina Alexandra Justino Santos

■ ■

Resumo Diário da Tesouraria de 01-02-2016:

a) Dotações Orçamentais	€ 7.119.488,45
b) Dotações não Orçamentais	€ 142.783,02
Total das Disponibilidades	€ 7.287.601,91

■ ■

A Presidente da Câmara declarou aberta a reunião, quando eram nove horas e trinta minutos.

Foi aprovada, por maioria, com a abstenção da Presidente da Câmara por não ter estado presente, a parte da ata relativa às intervenções do executivo da reunião anterior.

Foi dispensada a sua leitura, por ter sido distribuída previamente a todos os membros da Câmara Municipal.

C
G.P
L

INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DO EXECUTIVO ANTES DA ORDEM DO DIA

(artigo 52º do Regime Jurídico da Autarquias Locais, anexo à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro)

PRESIDENTE DA CÂMARA

A Presidente da Câmara começou por fazer um breve ponto de situação relativo à instalação da Unidade de Saúde Familiar (USF) de Abrantes, dando conta de um e-mail da coordenadora da USF D. Francisco de Almeida, Rita Soares, datado de 1 de fevereiro, acerca da candidatura da respetiva equipa que pretende vir a desenvolver a sua prestação de cuidados às populações de Abrantes, Rossio ao Sul o Tejo e Alferrarede, no novo edifício na Rua Nossa Srª da Conceição, em Abrantes que, como é sabido, foi objeto de intervenção por parte de autarquia e financiado pelo QREN.

Segundo refere a coordenadora, a equipa é constituída por seis médicos; seis enfermeiros e cinco administrativos, sendo que a equipa iniciará funções com menos um profissional em cada um desses grupos.

Serão, para já, abrangidos mais de 10 mil utentes, dos quais aproximadamente 4 500 não têm, neste momento, médico de família. No entanto, num futuro breve, e tendo em conta a eventual situação de reforma de alguns médicos que exercem funções nesta área geográfica, poderão vir a abranger mais alguns utentes que fiquem desprovidos de cuidados. Pretende-se que as atividades da USF se iniciem no princípio do próximo mês de abril de 2016.

A coordenadora agradece todo o apoio prestado pela Câmara Municipal de Abrantes na concretização deste projeto, outrora um sonho, e espera continuar a contar com a generosa colaboração, no sentido de melhor servir a população.

A Presidente da Câmara referiu que este processo, que agora se aproxima da sua conclusão, foi bastante longo e, por vezes difícil, mas é com muito orgulho que destaca a iniciativa e a persistência da autarquia em colaborar para que a população do concelho pudesse ficar mais servida numa área tão importante, como é o caso da saúde.

Referiu também que estarão reunidas as condições para que se possa dar início aos mecanismos previstos no Regulamento de Atribuição de Incentivos Financeiros aos Médicos, aprovado pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal.

O Vereador João Gomes fez também um ponto de situação relativamente às obras da USF, referindo que os arranjos exteriores estão em fase de conclusão, prevendo-se para muito em breve a reabertura total da estrada ao trânsito.

Tomado conhecimento.



A Presidente da Câmara informou que hoje, ao início da tarde, estará presente na Assembleia da República para uma reunião com a Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação para a audição solicitada a propósito do estado de

CL

CF
CJ

poluição do rio Tejo. Estarão igualmente presentes os Presidentes de Câmara de Mação, Gavião e Nisa.

A Presidente da Câmara deu conta que, conforme foi dado a conhecer no passado dia 19 de janeiro reuniu com o Ministro do Ambiente, João Pedro Matos Fernandes, para apresentar as preocupações da autarquia e das populações, relativamente ao rio Tejo consubstanciadas nos seguintes aspetos considerados mais relevantes:

- Descargas poluentes com frequência e impactes significativos no ecossistema.
- Nível dos caudais e cumprimento de caudais ecológicos funcionais.
- Intervenção recente da PEGOP (Central Termoelétrica do Pego) no "travessão" no Rio entre Mouriscas e Pego.
- Impasse no procedimento de concurso público para a concessão da utilização privativa de recursos hídricos do domínio público, para produção de energia hidroelétrica com incidência específica no Açude Insuflável, realizado pelo Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional, com assinatura de contrato de implementação, em dezembro de 2010, com a empresa Soares da Costa Hidroenergia.

Neste contexto, e na oportunidade da recente entrada em funções de novos responsáveis por esta área de política pública, foi solicitada esta audiência, com caráter de urgência, de modo a discutir e encontrar as melhores formas de cooperação no sentido de se recuperar o rio para a vida, no cumprimento das responsabilidades, nomeadamente no cumprimento da Diretiva-Quadro da Água da União Europeia e da Convenção de Albufeira.

Na sequência da reunião, e como primeira medida, o Ministério do Ambiente anunciou a criação de uma Comissão de Acompanhamento sobre a poluição no Tejo, que terá por missão avaliar e diagnosticar as situações com impacto direto na qualidade da água. A Comissão será constituída por representantes da Agência Portuguesa do Ambiente, da Inspeção-geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo e do Centro. Integram ainda esta Comissão as Comissões Intermunicipais da Lezíria do Tejo, Médio Tejo, Beira-Baixa, e a GNR/SEPNA, resultando desta forma o compromisso de trabalho conjunto para encontrar soluções que minimizem os problemas e o impacto dos mesmos no rio Tejo.

Aproveitou também para, resumidamente, enunciar algumas iniciativas e diligências promovidas quer pela Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, quer pela Câmara Municipal de Abrantes, e registar também os incidentes ocorridos e as consequências sentidas ao nível ambiental.

Tomado conhecimento.



Também hoje, estará presente numa reunião plenária do Conselho Económico Social, onde tem assento em representação dos municípios de Lisboa e Vale do Tejo.

Ao final da tarde, reunirá com o Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, José António Vieira da Silva. Espera ter oportunidade de discutir temas como a deslocalização dos serviços da Segurança Social de Abrantes para o Centro Histórico (Loja do Cidadão) e as obras no polo de formação do IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional, no Tecnopolo de Abrantes.

Tomado conhecimento.



A Presidente da Câmara disse que decorreu, no dia 21 de janeiro, no auditório Professor Doutor José Bayolo Pacheco de Amorim – campus do IPT – Instituto Politécnico de Tomar, um colóquio subordinado à temática dos Riscos Naturais no Médio Tejo que contou com a presença do Secretário de Estado da Administração Interna, Jorge Gomes.

Na ocasião foi apresentado o Laboratório de Investigação Aplicada em Riscos Naturais do IPT pela professora Cristina Andrade e feito o diagnóstico de Riscos Naturais no Médio Tejo pelo Secretário Executivo da CIMT – Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, Miguel Pombeiro. Aproveitando a presença do Secretário de Estado foi assinado um protocolo entre o Município de Abrantes e o Instituto Politécnico de Tomar que visa a criação de uma rede de informação e divulgação de conhecimento sobre o Rio Tejo e estabelecer as formas de cooperação entre os outorgantes nos domínios da investigação e divulgação científica articulando conteúdos científicos nas áreas da interpretação e educação ambiental, exploração pedagógica, animação recreativa e promoção turística do Parque Tejo.

Tomado conhecimento.



Informou também que, no passado dia 25 de janeiro, e a convite da direção da Associação Vidas Cruzadas, visitou as novas instalações da associação, na Rua de S. Domingos em Abrantes (na loja onde funcionou temporariamente uma valência do mercado diário), em fração cedida pelo Município em setembro do ano passado.

Depois de realizadas obras de adaptação, a Associação Vidas Cruzadas está de porta aberta à população com as seguintes valências: polo 1 do Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP); Centro de Recursos de Ajudas Técnicas; Banco de Livros Escolares; Rede Local de Intervenção Social – Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social, que iniciará ainda este mês.

Tomado conhecimento.

OL
C.R.
JG

A Presidente da Câmara disse que, no passado dia 27 de janeiro, em Ponte de Sor, decorreu a assinatura dos contratos de gestão do Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC) Rural para Abrantes, Constância e Sardoal, a área de influência da TAGUS – Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Interior.

Foi contratualizada uma dotação financeira de 3,3 milhões de euros com as Autoridades de Gestão do CENTRO2020 e do PDR2020, distribuídos pelos diferentes Fundos (FEADER – 1.863.385,54€; FSE – 881.504,36€ e FEDER – 615.915,93 €).

A cerimónia de assinatura dos contratos dos 54 Grupos de Ação Local (GAL) portugueses contou com a presença do Primeiro-Ministro, António Costa, e dos Ministros do Planeamento e Infraestruturas, Pedro Marques, e da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, Capoulas Santos e também, de Ana Abrunhosa, Presidente da CCDRC - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro.

Explicou que o DLBC é um programa para a utilização dos fundos do Portugal 2020 em projetos locais, de natureza comunitária, envolvendo entidades públicas e privadas, com o objetivo de dar respostas aos problemas de pobreza e exclusão social em territórios desfavorecidos, economicamente fragilizados ou de baixa densidade populacional localizados em áreas rurais, urbanas ou costeiras.

A diversificação e revitalização da economia local e a criação de emprego são outros dos objetivos do programa.

A sua operacionalização passa pela constituição de GAL, como é caso da TAGUS, com base numa Parceria Territorial, e pela identificação de Estratégias de Desenvolvimento Local, que permitam a contratualização de projetos concretos.

Tomado conhecimento.

■ ■

Informou que, nos dias 27 a 29 de janeiro de 2016, esteve em Cabo Verde, na Ilha de São Nicolau, a convite do meu homólogo do Município da Ribeira Brava, Américo Nascimento.

Américo Nascimento termina agora o seu mandato, depois de sete anos e meio a liderar o município, por ter renunciado ao mesmo, uma vez que concorre às eleições legislativas que decorrerão na ilha de São Nicolau, em março. A câmara passará a ser liderada pelo, atualmente, vereador Carlos Barbosa.

Geminadas há 17 anos, as duas Câmaras desenvolvem em conjunto ações de cooperação com destaque para as áreas da educação, juventude, desporto e cultura.

No âmbito do programa da visita, destacou uma cerimónia de homenagem à autarquia de Abrantes, no Salão Nobre dos Paços do Concelho da Ribeira Brava, em sinal de reconhecimento pelo apoio a um conjunto de projetos na área da cooperação para o desenvolvimento, desenvolvidos pela autarquia, mas também pela sociedade civil.

Destacou o esforço e empenhamento da Câmara Municipal de Ribeira Brava na infraestruturação do concelho, nomeadamente no abastecimento de água e energia e o contributo da Câmara Municipal de Abrantes, particularmente ao nível da educação, nos últimos anos.

Nesta visita teve oportunidade de estar com alguns familiares dos alunos bolseiros que estão a estudar na ESTA – Escola Superior de Tecnologia de Abrantes, momento, para si, de alguma comoção.

CL
CJ/P
CT

A vereadora Elza Vitório disse sentir com emoção as palavras da Presidente da Câmara. Esteve envolvida há uns anos, a nível profissional, com a comunidade cabo-verdiana. Deslocou-se, por várias vezes, a Cabo Verde, em cooperação, com os serviços locais, no sentido de se proceder à instalação dos serviços de emprego e formação.

Por isso, congratula-se por aquilo que foi dito pela Presidente da Câmara e pela cooperação prestada pela autarquia. Do ponto de vista pessoal, é muito gratificante, disse.



A Presidente da Câmara referiu que os projetos arquitetónicos do Mercado Diário de Abrantes e da Estação de Canoagem de Alvega e do Parque Tejo são candidatos a Edifício do Ano 2016, nas categorias de edifícios públicos, equipamentos desportivos e equipamentos de hospitalidade, respetivamente, selecionados pela organização do prémio de arquitetura internacional "Building of the Year 2016", promovido pelo Archdaily, site dedicado à arquitetura. As votações decorreram, até ao dia de ontem, 1 de fevereiro. Foi mais uma oportunidade de promoção de Abrantes e das respetivas obras.

Tomado conhecimento.



Fez referência aos atletas do concelho que se destacaram nos últimos dias, nomeadamente:

- Susana Estriga, do Sporting Clube de Abrantes, sagrou-se Campeã Nacional de Pentatlo (F40), com 3126 pontos, estabelecendo um novo record nacional, no Campeonato Nacional de Masters de Pentatlo que decorreu em Pombal no dia 24 de janeiro.
- José Matos, do Sporting Clube de Abrantes, sagrou-se Campeão Nacional de Juvenis dos 60m barreiras (Atletismo), com a marca de 8.28 segundos, no Campeonato Nacional de Juvenis em Pista Coberta que decorreu em Pombal nos dias 30 e 31 de janeiro. Com esta marca o atleta abrantino fez novo record pessoal.
- António Santinho Mendes, jovem piloto abrantino, foi eleito piloto do ano de 2015 de Ralicross no 3º Salão dos Campeões, que decorreu de 29 a 31 de janeiro no Parque de Exposições de Braga.

Tomado conhecimento e endereçar as felicitações aos atletas por parte do Município de Abrantes pelos prémios e distinções alcançados.



VEREADOR AVELINO MANANA

O vereador Avelino Manana solicitou à Presidente da Câmara mais detalhe sobre a sua audiência com o Ministro do Ambiente acerca do rio Tejo, nomeadamente sobre as conclusões e ações que se retiram,

A Presidente da Câmara disse que dessa audiência resultou, como já referiu, como primeira medida, a criação de uma Comissão de Acompanhamento sobre a poluição no Tejo, que terá por missão avaliar e diagnosticar as situações com impacto direto na qualidade da água. Essa comissão tem como objetivo, ainda durante o mês de fevereiro, apresentar soluções para os diversos problemas apresentados. Espera-se a realização de reuniões de trabalho no sentido de encontrar as diversas respostas de forma célere.

Dos assuntos focados, o Ministro do Ambiente ficou de se inteirar acerca do processo da mini-hídrica, dossier que ainda não conhecia, para se discutir melhor esta matéria.



O vereador Avelino Manana, relativamente à USF – Unidade de Saúde Familiar, disse que a posição da CDU no que diz respeito à competência e à partilha de competências entre a autarquia e o poder central nesta matéria é, já há muito, conhecida.

Tem-se verificado constantemente uma fricção constante a este nível e considera que a autarquia deveria pronunciar-se politicamente de forma mais clara e forte para denunciar que foi impelida a tomar as competências do poder central nesta matéria.

Considera que as competências, ao nível da construção destes equipamentos, poderão ser transferidas, mas terá que haver uma negociação séria, plasmada em legislação, no que diz respeito às competências dos municípios e do poder central.

Atenta às necessidades das populações a CDU procurou sempre a inclusão de projetos nesta área para o concelho, por parte do Governo.

Os municíipes de Abrantes já descontaram para o orçamento geral do estado. O governo não fez o investimento com essas verbas e impeliu a autarquia a fazê-lo. Por isso, considera que os municíipes, ainda que venham a ter melhores condições no acesso à saúde, são prejudicados.

Depois, questionou se os utentes sem médico de família referidos pela coordenadora da USF são apenas de Abrantes, Alferrarede e Rossio ao Sul do Tejo ou se serão de todo o concelho. Se forem de todo o concelho irão levantar-se questões mobilidade desses utentes.

A Presidente da Câmara disse que o modelo de funcionamento da USF é diferente de um Centro de Saúde. Distingue-se particularmente pelo funcionamento por objetivos, havendo a definição de um número de utentes por médico. A referência a 10 mil utentes está diretamente relacionada com o número de médicos afetos, para já, ao projeto.

Quanto à origem dos utentes referiu que, se estes provierem de outras freguesias, as juntas de freguesia poderão vir a mobilizar-se no sentido de apoiar os utentes nas suas deslocações e/ou o serviço de transporte a pedido poderá ser reequacionado, no sentido de garantir o acesso dos utentes a transporte público.

VEREADORA ELZA VITÓRIO

A vereadora Elza Vitório fez suas as preocupações do vereador Avelino Manana no que ao rio Tejo diz respeito e às conclusões da audiência da Presidente da Câmara com o Ministro do Ambiente.

Tomado conhecimento

■■■

VEREADOR LUÍS DIAS

O vereador Luís Dias disse que decorreu, na passada quinta-feira, 28 de janeiro, em Sobral de Monte Agraço, a reunião da assembleia geral eleitoral da Artemrede – Teatros Associados. Os 13 municípios associados votaram unanimemente na reeleição da lista liderada pelo Município de Almada, numa perspetiva de continuidade do trabalho assumida com o plano estratégico 2015-2020.

A constituição dos órgãos sociais da Artemrede mantém-se, assim, inalterada de 2015 para 2016, cabendo ao município de Abrantes a Vice-Presidência da Direção.

Tomado conhecimento

■■■

A reunião de câmara, a partir das 10:35 horas e até à sua conclusão, passou a ser presidida pelo Vice-Presidente da Câmara João Carlos Caseiro Gomes, atendendo aos compromissos de agenda da Presidente da Câmara.

■■■

VICE-PRESIDENTE E VEREADOR JOÃO GOMES

O Vice-Presidente disse ter recebido, momentos antes, correspondência eletrónica da Infraestruturas de Portugal, I.P., em resposta ao ofício endereçado pela autarquia em 18 de janeiro de 2016, em que solicitava um ponto de situação relativamente às obras de reabilitação da ponte rodoviária sobre o rio Tejo.

Dão, assim, conta que foi enviado o seguinte comunicado para divulgação à comunicação social sobre as novas datas de conclusão dos trabalhos na ponte de Abrantes, tendo-se incluído nessa informação o novo corte de tráfego noturno:

"Reanalisado o planeamento da obra na ponte de Abrantes concluiu-se que não é possível manter os prazos de conclusão anteriormente indicados de final do corrente mês de fevereiro.

Com esta reavaliação prevê-se:

- Conclusão dos trabalhos no leito do rio em meados de março;
- Conclusão dos trabalhos no tabuleiro com eliminação dos condicionamentos à circulação quer de veículos ligeiros quer pesados, no final do mês de março;
- Conclusão da empreitada no final do mês de abril.

Informamos ainda que para a realização de trabalhos noturnos de montagem de lajes é necessário proceder a cortes ao tráfego no próximo dia 4 de fevereiro, entre as 0.00 horas e as 6.00 horas.

Os trabalhos serão efetuados por períodos de 30 minutos, seguindo-se o escoamento dos veículos que pretendam atravessar a ponte. Esta operação é repetida entre as 0.00 horas e as 6.00 horas. Prevê-se que o tempo de espera na passagem da ponte seja de cerca de 45 minutos. Será assegurada em permanência a passagem dos veículos de emergência. Os cortes do tráfego serão realizados com o apoio da PSP.”

O Vice-Presidente lamentou o atraso verificado nas obras. Lamentou, sobretudo, o prejuízo causado aos municíipes pelos tempos de espera e a passagem de veículos pesados pelas localidades que, já por várias vezes, trouxe alguns constrangimentos.

Tomado conhecimento.



ORDEM DO DIA

(artigo 53º do Regime Jurídico da Autarquias Locais, anexo à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro)

Gabinete de Apoio à Presidência

Nº 01 – Para conhecimento, a Presidente da Câmara, apresentou correspondência do Major João Paulo Gonçalves dos Santos que, na sequência da cessação de funções de Comandante do Destacamento Territorial da GNR – Guarda Nacional Republicana de Abrantes, apresenta respeitosos e cordiais cumprimentos de despedida e manifesta o seu reconhecimento pela colaboração, apreço e consideração por parte da Câmara Municipal e da sua Presidente. Mais informa que será substituído pela Tenente Andreia Filipa Duarte Vieira. ~ PG 256763

Tomado conhecimento.



Nº 02 – Para conhecimento, a Presidente da Câmara, apresentou correspondência da Brigada Mecanizada do Ministério da Defesa Nacional – Exército Português – Comando das Forças Terrestres a agradecer o apoio prestado durante a realização do Campeonato Desportivo Militar de Orientação 2015. – PG 258043

Tomado conhecimento.

Nº 03 – Para conhecimento, o Vereador Luís Dias, remete correspondência do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, que dá conta da pergunta dirigida ao Secretário de Estado da Juventude e do Desporto, em 21 de janeiro de 2016, acerca da Pousada da Juventude de Abrantes. – PG 260254

Tomado conhecimento.

■■■

Divisão de Gestão Financeira e Administrativa

Nº 04 – Para conhecimento, a Presidente da Câmara, apresentou uma informação da Chefe da Divisão de Gestão Financeira e Administrativa, datada de 13 de janeiro de 2016, referindo que, nos termos do nº 4 do artigo 17º do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de Junho, na redação atual, a AT – Autoridade Tributária e Aduaneira, prestou informação sobre o valor dos recebimentos em atraso de impostos municipais, existente em 31 de dezembro de 2014, cujo montante total ascende a 1.252.936,73€, repartindo-se da seguinte forma: Contribuição Autárquica: 58.239,88€; IMI: 725.277,82€; IMT: 298.068,92€; IUC: 123.023,68€; SISA: 48.326,43€. – PG 257036

Tomado conhecimento.

■■

Nº 05 – Para conhecimento, a Presidente da Câmara, apresentou uma informação da Chefe da Divisão de Gestão Financeira e Administrativa, datada de 24 de janeiro de 2016, a dar conta da anulação da 1ª tranche no valor de 506,25€ (quinientos e seis euros e vinte e cinco céntimos), correspondente a 50% do apoio aprovado para o clube "Amadores de Pesca de Abrantes – A.P.A.", no âmbito do Finabrantes – 2014/2015 – medida 2, conforme solicitado pela equipa técnica de acompanhamento do programa Finabrantes, nos termos do nº 4 do artigo 12º do respetivo regulamento. – PG 198064

Tomado conhecimento.

■■

Nº 06 – Para conhecimento, a Presidente da Câmara, deu conta da listagem de processos dos compromissos plurianuais autorizados entre agosto e dezembro de 2015, assumidos ao abrigo da Autorização Prévia Genérica prevista na LCPA – Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, para 2015. – PG 202674

Tomado conhecimento e enviar à Assembleia Municipal para conhecimento.

CL
OPC
CT

Nº 07 – Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, na sequência de uma informação da Chefe da Divisão de Gestão Financeira e Administrativa, datada de 17 de janeiro de 2016, remetendo para aprovação a atribuição de um fundo fixo de caixa ao Arquivo Municipal, no montante de 10,00€ (dez euros), para facilitação de trocos de pagamentos efetuados pelos utilizadores daquele serviço. – PG 258268

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a atribuição de um fundo fixo de caixa, no montante de 10,00€ (dez euros), nos termos da citada informação da Chefe da Divisão de Gestão Financeira e Administrativa.

◎◎

Nº 08 – Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente a uma informação da Chefe da Divisão de Gestão Financeira e Administrativa, datada de 25 de janeiro de 2016, remetendo para aprovação, o pedido de parecer prévio vinculativo referente à renovação do contrato nº 4/2014, celebrado com a empresa "Thyssenkrupp Elevadores, S.A.", relativo a "Aquisição de serviços para assistência técnica a elevadores e plataformas elevatórias de Edifícios Municipais", pelo valor anual de 7.280,88€ (sete mil duzentos e oitenta euros e oitenta e oito céntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, celebrado pelo prazo de 1 ano, prorrogável por iguais períodos, até ao limite de 3 anos, conforme previsto no artº 113º do Código dos Contratos Públicos, sendo esta a 2ª e última renovação possível do mesmo. - PG 124937

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o parecer prévio vinculativo referente à renovação do contrato nº 4/2014, para "Aquisição de serviços para assistência técnica a elevadores e plataformas elevatórias de Edifícios Municipais", nos termos e com os fundamentos da citada informação da Chefe da Divisão de Gestão Financeira e Administrativa.

◎◎

Nº 09 – Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, na sequência de uma informação da Chefe da Divisão de Gestão Financeira e Administrativa, datada de 17 de janeiro de 2016, que remete para aprovação o pedido de parecer prévio vinculativo com vista à abertura de procedimento para a "Aquisição de serviços de análises clínicas", para os colaboradores do Município e dos SMA – Serviços Municipalizados de Abrantes, sendo o preço base (máximo) do procedimento foi fixado em 528,91€ (quinhentos e vinte e oito euros e noventa e um céntimos) por mês, isento do IVA, nos termos do artigo 9º do CIVA, a que corresponde a um montante de 6.346,92€ (seis mil trezentos e quarenta e seis euros e noventa e dois céntimos) por ano e de 19.040,76€ (dezanove mil e quarenta euros e setenta e seis céntimos) em caso de vigência do contrato pelo prazo de 3 anos. O convite será endereçado aos seguintes laboratórios: Laboratório de análises clínicas Dr. Silva Tavares, Laboratório de análises clínicas Clenlab, Lda. e Laboratório de análises clínicas Dra. Maria Luísa Santos Costa, Lda. – PG 253847

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o referido pedido de parecer prévio vinculativo referente à abertura de procedimento para a "Aquisição de serviços de análises clínicas", nos termos da citada informação da Chefe da Divisão de Gestão Financeira e Administrativa.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 10 – Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, na sequência de uma informação da Chefe da Divisão de Gestão Financeira e Administrativa, datada de 12 de janeiro de 2016, que remete para aprovação a adjudicação da "Aquisição de serviços de Revisão Legal das Contas do Município de Abrantes" à firma "Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados, S.R.O.C., Lda.", de acordo com o estipulado no artigo 77º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, pelo montante de 12.720,00€ (doze mil setecentos e vinte euros) anuais, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, o que corresponde a um montante de 38.160,00€ (trinta e oito mil cento e sessenta euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, para eventual vigência de contrato por 3 anos.

Remete igualmente para aprovação, em simultâneo com a adjudicação, a minuta de contrato a celebrar entre o Município de Abrantes e a firma "Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados, S.R.O.C., Lda.". – PG 247580

Tendo em conta que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, a nomeação do auditor externo, sugere que o processo seja remetido ao órgão deliberativo para esse efeito, e ainda que a Câmara Municipal proponha à Assembleia Municipal que esta delibere no sentido da realização autónoma da certificação legal das contas individuais do Município e dos Serviços Municipalizados.

Deliberação: Por unanimidade, adjudicar a "Aquisição de serviços de Revisão Legal das Contas do Município de Abrantes" à firma "Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados, S.R.O.C., Lda.", de acordo com o estipulado no artigo 77º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, pelo montante de 12.720,00€ (doze mil setecentos e vinte euros) anuais, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, o que corresponde a um montante de 38.160,00€ (trinta e oito mil cento e sessenta euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, para eventual vigência de contrato por 3 anos.

Aprovar igualmente a minuta de contrato a celebrar entre o Município de Abrantes e a firma "Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados, S.R.O.C., Lda."

Tendo em conta que, nos termos do nº 1 do artigo 77º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, compete à Assembleia Municipal a nomeação do auditor externo, sob proposta da Câmara Municipal, remeter o processo ao órgão deliberativo para esse efeito, salvaguardando-se, desde já, eventual necessidade de revogação da presente adjudicação, caso a Assembleia Municipal delibere não aceitar a proposta da Câmara Municipal.

Mais foi deliberado, ao abrigo do disposto no nº 3 do mesmo artigo 77º, propor à Assembleia Municipal que esta delibere no sentido da realização autónoma da certificação legal das contas individuais do Município e dos Serviços Municipalizados.

■■■

Nº 11 – Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, remetendo para ratificação do órgão executivo, o seu despacho datado de 25 de janeiro de 2016, que aprovou a minuta do contrato a celebrar entre o Município de Abrantes e a empresa Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A., no âmbito do procedimento para "Fornecimento de Combustíveis Líquidos (gasóleo e gasolina sem chumbo 95 octanas), por cartão eletrónico de abastecimento em postos de abastecimento públicos, ao abrigo do Acordo Quadro para Fornecimento de Combustíveis Rodoviários da Central de Compras da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, de Agosto de 2014 - Lote 1", pelo valor de 467.281,20€ (quatrocentos e sessenta e sete mil duzentos e oitenta e um euros e vinte céntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, pelo prazo de três anos ou até ao limite do valor da adjudicação, conforme previsto no artigo 5º do Acordo Quadro. – PG 205702

Tratando-se de competência da câmara municipal, mas não podendo este órgão reunir extraordinariamente, exerceu o Vice-Presidente da Câmara, em substituição da Presidente da Câmara, essa competência, sujeitando esse ato a ratificação, nos termos do disposto no nº 3 do artigo 35º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, anexo à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Deliberação: Por unanimidade, ratificar o despacho do Vice-Presidente da Câmara que aprovou a minuta do contrato.

■■■

Divisão de Cultura, Património e Desporto

Nº 12 – Para conhecimento, o Vereador Luís Dias, apresentou o resumo quinzenal dos diversos eventos a levar a efeito no período de 02 a 15 de fevereiro de 2016, no âmbito do plano de atividades para 2016 dos serviços municipais para as áreas de desporto, cultura, museus e património, bibliotecas, arquivo e juventude. – PG 259265

Tomado conhecimento.

■■■

Nº 13 – Proposta de Deliberação do Vereador Luís Dias, referente ao pedido do Secretariado Diocesano do Ensino da Igreja nas Escolas, da Diocese de Portalegre/Castelo Branco, juntamente com os docentes de Educação Moral e Religiosa Católica da zona arciprestal de Abrantes, que solicitam a cedência gratuita do Cineteatro S. Pedro, em Abrantes, para o Encontro Diocesano de Educação Moral e Religiosa Católica, no dia 15 de março de 2016. – PG 257334

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a dispensa total do pagamento das respetivas taxas, no valor total de 193,64€ (cento e noventa e três euros e sessenta e quatro cêntimos), ao Secretariado Diocesano do Ensino da Igreja nas Escolas, da Diocese de Portalegre/Castelo Branco, pela cedência do cineteatro S. Pedro, em Abrantes, no dia 15 de março de 2016, para realização do Encontro Diocesano de Educação Moral e Religiosa Católica, de acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município.

■■

Nº 14 – Proposta de Deliberação do Vereador Luís Dias, referente ao pedido da Cres.Ser - Associação de Desenvolvimento Pessoal e Comunitário, a solicitar a dispensa do pagamento de taxas pela cedência do auditório do Edifício Pirâmide, no dia 13 de janeiro de 2016, com vista à realização de um colóquio sob o tema "Desenvolvimento Infantil". – PG 253488

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a dispensa total do pagamento das respetivas taxas, no valor total de 37,88€ (trinta e sete euros e oitenta e oito cêntimos), à Cres.Ser - Associação de Desenvolvimento Pessoal e Comunitário, ela cedência do auditório do edifício Pirâmide, em Abrantes, no dia 13 de janeiro de 2016, para a realização de um colóquio com o tema "Desenvolvimento Infantil", de acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município.

■■

Nº 15 – Proposta de Deliberação do Vereador Luís Dias, no seguimento do pedido apresentado pelo CRIA – Centro de Recuperação e Integração de Abrantes, a solicitar a dispensa do pagamento de taxas pela cedência do auditório do Edifício Pirâmide, no dia 24 de março de 2016, para a realização de um colóquio com o tema "Envelhecimento na pessoa portadora de deficiência". – PG 257386

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a dispensa total do pagamento das respetivas taxas, no valor total de 75,75€ (setenta e cinco euros e setenta e cinco cêntimos), ao CRIA – Centro de Recuperação e Integração de Abrantes, ela cedência do auditório do edifício Pirâmide, em Abrantes, no dia 24 de março de 2016, para a realização de um colóquio com o tema "Envelhecimento na pessoa portadora de deficiência", de acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município.

■■■

Divisão de Gestão de Projetos e Produção

Nº 16 – Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, referente à informação nº 9 da Divisão de Gestão de Projetos e Produção, datada de 22 de janeiro de 2016, acerca da vistoria efetuada à empreitada de "Parque Náutico de Recreio e Lazer de Aldeia do Mato – Beneficiação do Acesso à Piscina Flutuante", adjudicada à sociedade

Construmação – Construções e Terraplanagens Unipessoal, Lda., para efeitos de receção provisória. – PG 257713

Deliberação: Por unanimidade, aprovado o auto de receção provisória, devendo proceder-se à elaboração da conta da empreitada, nos termos do disposto nos artigos 399º e seguintes Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro.

■■■

Nº 17 – Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, remetendo para ratificação do órgão executivo, o seu despacho datado de 22 de janeiro de 2016, que, na sequência da ata do júri do procedimento relativo ao concurso público "Museu Ibérico de Arqueologia e Arte de Abrantes – Fase 1 – Recuperação, Remodelação e Ampliação do Convento de S. Domingos", datada de 21 de janeiro de 2016, aprovou a suspensão do prazo fixado para a apresentação de propostas pelo prazo máximo de 60 dias, face à apresentação, dentro do prazo legal previsto, de listas de erros e omissões que foram remetidas ao coordenador do projeto, para análise e pronúncia, nos termos da assistência técnica contratada. – PG 64529

Tratando-se de competência da câmara municipal, mas não podendo este órgão reunir extraordinariamente, exerceu o Vice-Presidente da Câmara, em substituição da Presidente da Câmara, essa competência, sujeitando esse ato a ratificação, nos termos do disposto no nº 3 do artigo 35º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, anexo à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Deliberação: Por maioria, com o voto contra da vereadora Elza Vitório, ratificar o referido despacho de aprovação do Vice-Presidente da Câmara.

A vereadora Elza Vitório votou contra, apesar de se tratar de uma questão meramente processual, em linha de coerência com o seu voto anterior relativamente à aprovação deste procedimento.

■■■

Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística

Nº 18 – Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, referente a uma informação do Chefe da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, datada de 22 de janeiro de 2015, acerca de vistoria solicitada pela empresa Staroteis – Sociedade Hoteleira Unipessoal, Lda., ao abrigo do artigo 71º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, para determinação do estado de conservação antes de obras a realizar no prédio urbano onde se encontra implantado o Hotel Turismo de Abrantes, sito no Largo de Santo António, União das Freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede, em Abrantes, que decorreu no passado dia 07 de dezembro de 2015, com recurso à "Ficha de Avaliação do Nível de Conservação de Edifícios" do Novo Regime do Arrendamento Urbano, publicado pela Portaria 1192-B/2006, de 3 de novembro, e seguindo-se as instruções de aplicação do "Método de Avaliação do Estado de Conservação de Imóveis" (MAEC). PG 251627

CL
CJF
CE

Deliberação: Por unanimidade, em face das conclusões apuradas, determinar o nível "Mau" de conservação, considerando o Índice de Anomalias obtido (3,15), conjugado com as normas constantes dos nºs 4 e nº 5 do artigo 6º da Portaria nº 1192-B/2006, de 3 de novembro. Desse nível e, bem assim, do teor da ficha que o originou, deverá dar-se conhecimento aos interessados, de modo a que os mesmos possam (querendo) reclamar do coeficiente de conservação, nos termos do nº 1 do artigo 15º da referida Portaria, no prazo máximo de oito dias.

■■

Nº 19 – Para conhecimento, o Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, apresentou uma informação do Chefe da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, datada de 27 de outubro de 2015, acerca da construção de um muro levado a efeito pela Associação Desportiva e Cultural de Chaminé, na Rua da Escola, em Chaminé, Bemposta, Abrantes. Após análise do processo e da informação da Fiscalização, verificou-se que foi efetuada a obra solicitada, desconhecendo-se o pedido de licenciamento, nos termos da legislação aplicável. Neste sentido, remete para conhecimento da Câmara Municipal tendo em conta que os ilícitos detetados assumem particular gravidade, uma vez que as orientações oportunamente dadas pelos serviços foram manifestamente ignoradas e o facto desses ilícitos haverem ocorrido em património municipal, cedido aquela instituição com normas e cláusulas concretas. – PG 184748

Tomado conhecimento.

■■

Nº 20 – Em anexo, relação de processos da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, despachados pelo vereador João Gomes, ao abrigo das competências que lhe foram subdelegadas pela Presidente da Câmara.

■■■

Unidade Orgânica de Ambiente e Sustentabilidade

Nº 21 – Proposta de Deliberação do Vereador Manuel Valamatos, na sequência do pedido do Regimento de Paraquedistas de Tancos, a solicitar o fornecimento de plantas, com a finalidade de as plantar, em tempo oportuno, para a celebração do seu Dia da Unidade, a levar a efeito no dia 23 de maio de 2016. – PG 246406

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a cedência a título gratuito e definitivo de plantas produzidas em viveiro, resultado de envasamento de rebentos espontâneos, nomeadamente, gazâncias, pinheiro-manso, castanheiros, ciprestes e araucárias, ao Regimento de Paraquedistas de Tancos nos termos da informação da Unidade Orgânica de Ambiente e Sustentabilidade, datada de 14 de janeiro de 2016.

Encerramento da Reunião

E não havendo mais assuntos a tratar, o Vice-Presidente da Câmara declarou a reunião encerrada pelas onze horas.

De tudo para constar se lavrou a presente ata, que se encontra aprovada, com exceção das intervenções dos elementos do executivo não determinantes de deliberação.

A Técnica Superior a redigiu e também a assina.

A PRESIDENTE DA CÂMARA



O VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA



A TÉCNICA SUPERIOR



Município de Abrantes

O. C. A.

Data: 28-01-2016

Relação dos processos para a Reunião de Câmara de 02.02.2016

Processo	Requerente, Residencia		Descrição, Local da obra	Type	Despacho / Deliberação	
Número	Data	NIF	Nome / Morada		Data	Teor
PG15473/2015:247350	30-10-2015	201075512	Augusto Cruz Valente / Casal dos Charoeiros, n.º 692 - Mouriscas	Legalização de alterações em edifício existente e de anexo - Traversa dos Charoeiros - Mouriscas	Despacho	14-01-2016

João Paulo Pombo Tibério / Rua do Fundo dos Sobreiros, n.º 6 - Casais de Revelhos - União das freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede

Construção de moradia unifamiliar / Fundo dos Sobreiros - Casais de Revelhos - União das freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede

Despacho

20-01-2016

Deferido

pedido de autorização de utilização,

nos termos propostos.

PG6399/2013:117436

18-04-2013

231246480

António Fernando Rosa Macieira - Cabeça de Casal da Herança de / Rua José Dias Simão, 76 - União das freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede

Legalização de alterações em moradia / Rua José Dias Simão, 76 - União das freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede

Despacho

20-01-2016

Deferida

licença, nos termos sugeridos.

PG9538/2015:228834

24-06-2015

707661781

António Fernando Rosa Macieira - Cabeça de Casal da Herança de / Rua José Dias Simão, 76 - União das freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede

Legalização de alterações em moradia / Rua José Dias Simão, 76 - União das freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede

Despacho

20-01-2016

Deferida

licença, nos termos sugeridos.

PG14137/2015:243119

02-10-2015

501214534

Banco BPI, SA / Rua Tenente Valadim, 284 - Porto

Legalização de alterações em habitação / Urbanização do Pinhal, Lote 14 - Arrebiadas - São Miguel do Rio Torto - União das freguesias de São Miguel do Rio Torto e Rossio ao Sul do Tejo

Despacho

27-01-2016

Deferido

pedido de autorização de utilização,

nos termos propostos

PG10014/2014:180489

09-07-2014

503340855

Lidl & Companhia / Rua Pé de Mouro, 18 - Linhó - Sintra

Alteração de edifício destinado a comércio / Avenida D. João I - União das freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede

Despacho

27-01-2016

Aprovado projeto e deferidas alterações introduzidas no decorrer da obra, nos termos sugeridos, consubstanciando esse deferimento um aditamento ao alvará de licença.